



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS
GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA DE ALIMENTOS

THAYS ALVES DE ANDRADE

ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DE AGRICULTORES FAMILIARES
DA CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE
JOÃO PESSOA-PB

JOÃO PESSOA

2022

THAYS ALVES DE ANDRADE

**ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DE AGRICULTORES FAMILIARES
DA CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE
JOÃO PESSOA-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Tecnólogo em Alimentos pela Universidade
Federal da Paraíba.

Orientador (a): Prof.^a. Dr.^a Fernanda Vanessa Gomes da Silva

JOÃO PESSOA

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A553a Andrade, Thays Alves de.

Análise do perfil socioeconômico de agricultores familiares da Central de Comercialização da Agricultura Familiar de João Pessoa-PB / Thays Alves de Andrade. - João Pessoa, 2022.

43 f. : il.

Orientação: Fernanda Vanessa Gomes da Silva.
TCC (Graduação) - UFPB/CTDR.

1. Agricultura familiar. 2. Segurança Alimentar. 3. Feiras Livres. I. Silva, Fernanda Vanessa Gomes da. II. Título.

UFPB/CTDR

CDU 338.43(813.3)

THAYS ALVES DE ANDRADE

**ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DE AGRICULTORES
FAMILIARES DA CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA
FAMILIAR DE JOÃO PESSOA-PB**

Este trabalho de conclusão de curso foi julgado adequado para obtenção do título de Tecnólogo em Alimentos e aprovado em sua forma final pelo curso de Tecnologia de alimentos.

JOÃO PESSOA, 10 de junho de 2022.

BANCA EXAMINADORA



Dr.^a Fernanda Vanessa Gomes da Silva - Orientadora
Professora DTA/CTDR/UFPB



Dr. João Paulo de Sousa Prado – Membro Interno
Professor DTA/CTDR/UFPB



Dr.^a Adriana Ferreira dos Santos – Membro Externo
Professora DSER/CCA/UFPB

A mim, a minha família e a todos que
acreditaram no meu potencial,
Dedico.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me dado força, sabedoria, garra e por ter colocado tantas pessoas maravilhosas em meu caminho. Sem Ele eu nada seria.

Agradeço a todos os professores do CTDR por todo cuidado, apreço e competência em repassar os conhecimentos necessários e por todas as oportunidades que me foram dadas para que eu pudesse crescer profissionalmente. A todos funcionários e técnicos de laboratório, sou grata por todo carinho, aprendizado e dedicação.

Agradeço em especial a minha orientadora professora Fernanda Vanessa, bem como, ao professor João Paulo por todos os ensinamentos não só acadêmicos, mas também de vida. Por toda dedicação, carinho, empatia, compreensão, por sempre confiar em meu potencial e também por todas as oportunidades a mim confiadas.

Agradeço a minha família, por sempre acreditar e apoiar meus sonhos. A meus avós Sebastião e Durvalina, minha tia Veralúcia, e minhas primas Leyla e Sabrina. Tenho plena certeza de que minha família é a base de tudo que sou e o que poderei ser.

Em especial agradeço minha mãe Antonia, por ser exemplo de força, luta e honestidade e além de tudo ser exemplo de amor, sem você minha mãe, nada seria possível.

Ao meu pai Aldair agradeço por acreditar no meu potencial, por toda contribuição, carinho, suporte e incentivo ao longo da vida e desta jornada.

Agradeço a minha tia Mary (*in memoriam*) por todo apoio, carinho e por sonhar esse sonho comigo. De onde você estiver, sei que está feliz por mim.

Ao meu padrinho Gilvan, minha eterna gratidão por todo amor, cuidado e incentivo. Por sempre cuidar de mim, por me tratar como uma filha e ser a pessoa que em qualquer situação sei que vai estar comigo.

Agradeço aos amigos e colegas de curso, Alice, Débora, Helena, André, Júnior, Knanda, Thaís, Adrielle, Dayane, Nayra e Janilton, por todo apoio, força, amizade e alegria. Por tornar meus dias mais felizes e mostrar que juntos sempre somos mais fortes.

Em especial agradeço a Bruna, minha amiga de curso e de vida, por me acolher, me apoiar e estar sempre comigo, sem você eu não teria conseguido chegar até aqui. Você é uma irmã que Deus me presenteou.

Agradeço ao meu namorado Alisson por sempre me encorajar e acreditar no meu potencial. Por todo apoio, carinho, atenção e paciência, certamente foi a pessoa que mais presenciou os meus choros e meus momentos de desespero, mas também a que está presente em todas as minhas vitórias e conquistas.

Aos meus amigos e irmãos de uma vida inteira agradeço a Ismael, Dayane, Bárbara, Adonay, Geovane, Jaíne e Luane por tudo. Vocês sempre me auxiliaram a seguir em frente, sempre acreditaram que eu seria capaz e jamais esquecerei tudo que fizeram por mim.

Aos funcionários da CECAF, agradeço todo acolhimento, carinho, amizade e aprendizado. Equipe maravilhosa, com pessoas e profissionais super dedicados.

Por fim, agradeço aos agricultores familiares da CECAF, pessoas incríveis que me fizeram enxergar a importância da agricultura familiar, mas além disso, notar que ainda existe muita gente boa, honesta, com caráter e que tem total amor e dedicação pelo trabalho que realizam. Obrigada por todo carinho, por toda amizade e por terem aceitado participar desta pesquisa.

*“Só existe uma maneira de evitar as
críticas: Não fazer, não dizer e não ser
nada.”*

Aristóteles

RESUMO

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) estima que a agricultura familiar, é a forma de produção mais predominante no mundo e que seu crescimento é primordial para alcançar alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Este é um setor que possui características diferentes de região para região, por isso objetivou-se realizar a análise do perfil socioeconômico dos agricultores familiares da Central de Comercialização da Agricultura Familiar de João Pessoa. A metodologia usada foi a de levantamento de campo, com a realização de entrevistas por meio de um questionário semiestruturado com perguntas objetivas e subjetivas, aplicadas a um total de 38 agricultores. Após análise dos questionários, identificou-se que 68% dos agricultores são homens, a maioria na faixa etária de 30 a 49 anos. Desses, 37% possuem ensino fundamental incompleto. Cerca de 92% das propriedades produtoras estão localizadas na Mesorregião da Mata Paraibana e 68% delas possuem uma área de produção de 1ha a 5ha, sendo os principais produtos frutas, raízes e legumes. A maioria dos agricultores (82%) contam com a participação de 2 a 3 integrantes da família e possuem uma renda de até 2 salários-mínimos. As principais dificuldades estão inerentes ao custo da produção no cultivo convencional e ao controle de pragas para aqueles que praticam o cultivo agroecológico. Sugerem-se que sejam feitas pesquisas ou projetos de extensão que possam analisar com mais aprofundamento esses aspectos, colaborando com soluções sustentáveis.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Segurança alimentar. Feiras Livres.

ABSTRACT

The Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) estimates that family farming is the most prevalent form of production in the world and that its growth is essential to achieve some of the Sustainable Development Goals (SDGs). This is a sector that has different characteristics from region to region, so the objective was to carry out an analysis of the socioeconomic profile of family farmers at the Commercialization Center for Family Agriculture in João Pessoa. The methodology used was a field survey, with interviews carried out through a semi-structured questionnaire with objective and subjective questions, applied to a total of 38 farmers. After analyzing the questionnaires, it was identified that 68% of the farmers are men, most in the age group of 30 to 49 years. Of these, 37% have incomplete elementary education. About 92% of the producing properties are located in the Mesoregion of Mata Paraibana and 68% of them have a production area of 1ha to 5ha, the main products being fruits, roots and vegetables. Most farmers (82%) count on the participation of 2 to 3 family members and have an income of up to 2 minimum wages. The main difficulties are inherent to the cost of production in conventional cultivation and pest control for those who practice agroecological cultivation. It is suggested that research or extension projects be carried out that can analyze these aspects in more depth, collaborating with sustainable solutions.

Keywords: Family farming. Food safety. Free fairs.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem da fachada da CECAF	21
Figura 2 - Distribuição da porcentagem de gênero dos agricultores.	24
Figura 3 - Distribuição da faixa etária dos agricultores.	25
Figura 4 - Tipo de transporte utilizado para se deslocar até a CECAF.	27
Figura 5 - Situação da propriedade do transporte utilizado para se locomover até a CECAF	27
Figura 6 - Distribuição do tamanho da área de produção	28
Figura 7 - Distribuição de renda dos agricultores.	29
Figura 8 - Modo de cultivo realizado pelos agricultores	30
Figura 9 - Distribuição das principais dificuldades enfrentadas pelos produtores.	30
Figura 10 - Distribuição da quantidade de familiares envolvidos na produção.	31
Figura 11 - Distribuição do tipo de posse das propriedades.	32
Figura 12 - Distribuição das fontes de acesso a água para irrigação.	33

LISTA DE SIGLAS

CECAF	Central de Comercialização da Agricultura Familiar
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FNDE	Fundo Nacional do Desenvolvimento Escolar
IBGE	Instituto de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MST	Movimento Sem Terra
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Social
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PFZ	Programa Fome Zero
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR	14
2.2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	17
2.2.1 Importância da Agricultura Familiar na SAN	19
2.3 FEIRAS LIVRES	20
3 METODOLOGIA	21
3.1 CARACTERIZAÇÃO DE LOCAL DE ESTUDO	21
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	22
3.3 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	22
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	24
4.1 SEXO DOS AGRICULTORES	24
4.2 IDADE DOS AGRICULTORES	24
4.3 ESCOLARIDADE	25
4.4 LOCALIDADE DE PRODUÇÃO	25
4.5 TAMANHO DA PROPRIEDADE	27
4.6 RENDA	28
4.7 MODELO DE CULTIVO E PRINCIPAIS DIFICULDADES	29
4.9 TIPO DE POSSE DA TERRA	31
4.10 ACESSO A ÁGUA PARA IRRIGAÇÃO	32
4.11 TIPOS DE PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA CECAF	33
5 CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) estima que a agricultura familiar, é a forma de produção mais predominante no mundo. Cerca de 90% dos estabelecimentos rurais, são administrados por agricultores familiares, os quais são estimados em pouco mais de 500 milhões em todo o mundo (FAO, 2014).

No Brasil, a agricultura familiar tem caráter relevante quanto a produção de alimentos disponíveis para o consumo da população (MAPA, 2022). Este setor é constituído por pescadores, povos indígenas, produtores rurais, extrativistas, silvicultores e povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2006).

No país, a agricultura familiar ultrapassa sua importância para além da área econômica, colabora também com aspectos políticos, geográficos, sociais e ambientais (CÉSAR et al., 2020). O que não é diferente quando se olha na perspectiva do impacto mundial que este setor traz, já que a FAO considera que o seu crescimento é fundamental para o alcance de alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como a minimização da pobreza, das desigualdades e da fome (FAO, 2019).

Cerca de 40% da renda da população economicamente ativa é advinda da agricultura familiar (EMBRAPA, 2022). Isso mostra que não só a produção desses alimentos é importante, como também a sua comercialização, contribuindo para o escoamento da produção e garantindo o sustento dos produtores.

Segundo Carvalho; Grossi, (2019) esses produtos podem ser comercializados para diferentes estabelecimentos, como padarias, supermercados, restaurantes, açougues e até mesmo para as instituições governamentais, através de programas já existentes. Além disso, outro local em que os agricultores vendem seus produtos são as feiras livres, já que essas possuem notável influência na comercialização de produtos vindos da agricultura familiar e proporcionam o contato direto entre o produtor e o consumidor, a negociação de forma mais precisa e a troca de conhecimentos (ARAÚJO, 2019; CARVALHO; GROSSI, 2019).

Com base no censo agrário de 2017 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a nível Brasil, o agricultor familiar apresenta um perfil onde, 81% dos produtores são homens e apenas 18,7% são mulheres, já no estado da Paraíba 23% são mulheres e 77% são homens (IBGE, 2017). Para Vasconcelos (2013) a agricultura familiar apresenta um perfil que difere de região para região, já que cada uma tem suas peculiaridades, e estas podem impactar nas características desse perfil.

Sabendo da importância da agricultura familiar e do quanto ela contribui significativamente com o bem-estar da população mundial, este trabalho visa analisar o perfil do agricultor familiar que comercializa seus produtos na Central de Comercialização da Agricultura Familiar (CECAF) de João Pessoa – Paraíba.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com a FAO (2021), a agricultura familiar performa como uma grande oportunidade de promover segurança alimentar, melhorar o gerenciamento dos recursos naturais e melhorar os meios de subsistência. Além disso, é um sistema que valoriza a cooperação familiar e tem a capacidade de se integrar as necessidades dos consumidores, fornecendo alimentos mais saudáveis e que impactam menos no meio ambiente (MARCELINO et al., 2017).

No Brasil, a década de 1990 foi um dos períodos mais relevantes quanto ao fortalecimento da agricultura familiar. Nesta época o grande empenho das organizações de trabalhadores rurais e de movimentos sociais como CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), CUT Rural (Central Única dos Trabalhadores) e o MST (Movimento dos Sem Terra), que coordenavam as Jornadas Nacionais de Luta reivindicando por políticas sociais e por um plano econômico voltado essencialmente para o desenvolvimento rural, cooperou para o surgimento de algumas políticas públicas como, o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) (MIGUEL; FERNANDES, 2013).

O PRONAF é um programa do governo federal, lançado por meio do decreto de nº 1.946 de 28 de junho de 1996, com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento sustentável voltado para o meio rural. Através deste, buscava-se a época promover o aumento da capacidade produtiva, da geração de empregos e a melhoria de renda (BRASIL, 1996). Segundo Silva, (2006) o programa surgiu com a proposta de destinar o financiamento de crédito para o agricultor rural, já que este atua com taxas de créditos mais baixas se comparada com as já existentes.

Além do PRONAF, que foi um dos programas que mais impactou no reconhecimento do segmento da agricultura familiar, outros programas foram lançados com o passar dos anos contribuindo cada vez mais com o desenvolvimento desta categoria. A exemplo disto, em 2003 foi lançado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), através da Lei 10.696/03, de 02 de julho deste mesmo ano.

Inicialmente o PAA tinha como principais objetivos incentivar a agricultura familiar e contribuir com a diminuição da insegurança alimentar. Para isso, visava garantir alimentação em quantidade, qualidade e regularidade necessárias das pessoas em situação de insegurança

alimentar e nutricional, e promover o consumo de alimentos oriundos da agricultura familiar (BRASIL,2003).

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o PAA estimula o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira, e contribui para a inclusão econômica e social no meio rural, bem como o atendimento às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, proporcionando o abastecimento alimentar e a constituição de estoques públicos de alimentos (CONAB, 2021).

Em 2021, através da Medida provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021 o PAA passou a ser chamado de Programa Alimenta Brasil, instituído pela lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, com o objetivo de consolidar medidas já existentes (BRASIL, 2021).

Outro programa que também segue a mesma lógica de promover o fomento à agricultura familiar e a contribuir com a melhoria do cenário de insegurança alimentar, é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Com base na Lei nº 11.947, de 12 de junho de 2009, as ações do PNAE são inteiramente voltadas para o âmbito escolar e têm como principais propósitos, oferecer alimentação escolar adequada para suprir a necessidade nutricional dos alunos, promover atividades educacionais de conhecimento alimentar e nutricional, visando desenvolver hábitos de consumo alimentar saudável, bem como, promover o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, e a melhoria do rendimento escolar (BRASIL, 2009).

Segundo Conti; Bazotti; Radomsky (2015), a agricultura familiar tem uma característica muito significativa, que é a sua grande importância e capacidade de produzir alimentos. Eles afirmam que este setor tem uma enorme relevância social e econômica e que por conta dessa relevância há a criação de diversas políticas públicas voltadas para essa área. A exemplo disso estão o PAA e PNAE, visto que ambas destinam cerca de 30% do seu orçamento para adquirir alimentos diretamente do agricultor familiar (BRASIL, 2015; BRASIL, 2013).

Mesmo com a criação de muitos projetos e políticas públicas voltados para a o meio o rural, somente em 2006 foi promulgada a lei de nº 11.326, de 24 de julho para estabelecer as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Esta define que agricultor familiar é aquele que pratica atividades no meio rural, não possui área maior do que quatro módulos fiscais, têm como trabalhadores principalmente familiares, detém renda predominantemente originária das atividades econômicas relacionadas ao seu estabelecimento/ empreendimento e por fim, dirige seu estabelecimento/ empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Segundo a CONAB (2021), a agricultura familiar é a base da alimentação mundial, e a principal responsável por disponibilizar a maior parte dos alimentos que são consumidos pelos brasileiros.

Isso pode ser observado através dos dados do censo agrário de 2017, onde aponta que a agricultura familiar tem um importante desempenho no valor da produção de alimentos provenientes tanto de culturas permanentes, quanto culturas temporárias. Na produção de café e banana que são culturas permanentes, a agricultura familiar contribuiu com cerca de 48% do valor da produção, já nas culturas temporárias, ela colaborou com 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% do feijão (IBGE, 2017).

No Brasil a agricultura familiar foi responsável por empregar cerca de 10 milhões de pessoas e gerar uma receita de 107 bilhões de reais, correspondendo a 23% do total da produção agropecuária. Além disso, cerca de 77% dos estabelecimentos são da agricultura familiar, que corresponde a 3,9 milhões de estabelecimentos, no entanto, este setor só ocupa 80,9 milhões de hectares o que equivale a 23% da área de estabelecimentos agropecuários do Brasil (IBGE, 2017).

A comercialização dos alimentos que são produzidos pela agricultura familiar é de extrema importância econômica para este setor, sendo assim, além das vendas governamentais e institucionais, por meio de políticas sociais, esses produtos podem ser comercializados através do modo mais antigo de venda da produção familiar, que é quando o agricultor vende seu produto diretamente ao consumidor, como por exemplo, as feiras livres.

A importância do setor da agricultura familiar é bem significativa, tanto para o meio econômico, quanto para o social, gerando renda, produção sustentável e contribuindo para segurança alimentar e nutricional.

2.2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O conceito de Segurança Alimentar começou a ganhar força durante a Segunda Guerra Mundial, quando as organizações como a FAO, começaram a determinar que o acesso a alimentos adequados, e a segurança alimentar era um direito humano.

Após a segunda guerra, inicialmente entendia-se que a insegurança alimentar, estava ligada a possível falta de alimentos em quantidades suficientes, principalmente em países pobres. Desta forma, foi incentivada a produção de uma grande quantidade de alimentos no mundo, o que culminou na Revolução Verde, movimento que promoveu o uso de produtos como fertilizantes, pesticidas, a mecanização, a utilização de sementes de alto rendimento,

irrigação, bem como, o uso de novas variedades genéticas e insumos químicos (BURITY; FRANCESCHINI; VALENTE, 2010).

Já na década de 80 as instituições governamentais observaram que a grande produção de alimentos não estava contribuindo com a minimização do número de pessoas em situação de insegurança alimentar, ou seja, o problema não estava apenas na quantidade de alimentos produzidos, mas sim, na garantia de acesso físico e econômico a esses alimentos (BURITY; FRANCESCHINI; VALENTE, 2010).

Segundo Silva, (2014) somente em 1992 após a FAO organizar a Conferência Internacional de Nutrição, que foi inserida a temática sanitária e nutricional ao conceito de segurança alimentar, desta forma, passou a ser adotado o conceito como Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

No Brasil, a preocupação com a questão de segurança alimentar começou a ter maior relevância na década de 90, quando os governantes voltaram as atenções para a parcela da população que estava em situação de fome e insegurança alimentar, que contribuiu com o início da criação de vários programas assistenciais, como o programa comunidade solidária, o de distribuição de cestas básicas, entre outros (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007).

A partir de 2003, o debate em torno da SAN ganhou mais força, visto que uma das principais propostas do governo vigente na época era a erradicação da fome, da miséria e da exclusão social (BARROS; TARTAGLIA, 2003). Desta forma, várias políticas foram sendo adotadas a partir desse momento, como por exemplo, a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), posteriormente extinto no ano de 2019 através da Medida Provisória 870.

Um dos maiores feitos institucionais com relação a SAN, foi a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) pela lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, com o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada. Nesta, consta em um dos tópicos, que a segurança alimentar e nutricional também engloba o aumento das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar (CONSEA., 2006).

De acordo com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a Segurança Alimentar e Nutricional consiste

Na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde

que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (CONSEA,2006).

Ainda em 2003, houve o lançamento de um dos programas mais relevantes quanto ao combate à fome e a desnutrição, denominado de Programa Fome Zero (PFZ). Este programa era constituído por mais de 30 ações e tinha como eixo quatro ideias principais: o Acesso aos alimentos, Fortalecimento da agricultura familiar, Geração de renda e Articulação, mobilização e controle social (BRASIL, 2010).

Além disso, também foi lançado por meio do governo federal a implantação da Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição, em parcerias com os estados e municípios. Essa rede é composta por Cozinhas Comunitárias, Restaurantes Populares e Bancos de Alimentos que recebem alimentos advindos da agricultura familiar e oferece às pessoas em situação de insegurança alimentar (BRASIL, 2010).

Para o PFZ a importância da agricultura familiar no processo de construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil era quase consensual, divergindo apenas as pessoas que apoiavam e faziam parte do setor da agricultura patronal (agronegócio), pois não entendiam como esses dois tipos de agricultura poderiam coexistir (BRASIL, 2010).

Dessa maneira, o incentivo a este setor proporciona a dinamização das economias locais, o aumento da variedade de alimentos e principalmente colabora com a diminuição da pobreza e desigualdade no meio rural. Além disso, tem a capacidade de consolidar o fornecimento de alimentos em locais mais distantes (MDS, 2017).

Em 2010, com a inclusão do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) na Constituição Federal, bem como a institucionalização do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) em 2011, a política de SAN ganhou ainda mais impulso no país (FAO, 2015).

2.2.1 Importância da Agricultura Familiar na SAN

Os autores Bertolini; Filho; Mendonça, (2020) afirmam que a agricultura familiar é essencial para se alcançar a segurança alimentar mundial. Visto que ela apresenta uma característica primordial, que é a capacidade de produzir alimentos saudáveis, fazendo uso de métodos que não prejudicam o meio ambiente, a saúde e a biodiversidade, o que colabora com o aumento da produtividade.

A exemplo disso é possível frisar a política de compra com doação simultânea, onde combina a produção da agricultura familiar com as demandas locais de suplementação alimentar. Desta forma, os alimentos obtidos dos agricultores familiares são doados às pessoas em situação de insegurança alimentar, por meio da rede socioassistencial, de equipamentos públicos de segurança alimentar e da rede pública e filantrópica de ensino (BRASIL, 2022).

Segundo o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a agricultura familiar tem um grande potencial em abastecer a população brasileira, já que esta produz alimentos em grande variedade, qualidade, e até mesmo alimentos agroecológicos, sem a utilização de agrotóxicos (SINTURF, 2021).

A agroecologia é uma ciência que leva em consideração aspectos como o meio ambiente e o ser humano. Ela une os conhecimentos da ecologia e visa equilibrar o sistema alimentar, ou seja, manter em harmonia o solo, a água, as plantas, pessoas e os animais (EMBRAPA, 2016).

Essa forma de agricultura promove a produção de alimentos mais saudáveis e livres de agrotóxicos. Sendo assim, colabora com a segurança alimentar, bem como, com a preservação ambiental, já que não é feito o uso de produtos químicos, capazes de prejudicar não só o meio ambiente como também a saúde da população (EMBRAPA, 2014).

De acordo com a FAO, a agroecologia além de promover a variedade de culturas e a sazonalidade, também coopera com a produção local, favorecendo os mercados locais e contribuindo com o desenvolvimento das comunidades. Ela tem a capacidade de construir sistemas agroalimentares, promovendo práticas agrícolas sustentáveis e combatendo a fome (FAO, 2021; EMBRAPA, 2016).

2.3 FEIRAS LIVRES

As Feiras livres são espaços que favorecem especialmente agricultores familiares, pois é onde se comercializa alimentos produzidos localmente, permitindo que haja a geração de renda e evitando desperdício dos produtores (BRASIL, 2014).

Para Carvalho; Grossi (2019), esse setor funciona como um grande varejo, onde os produtores colocam suas barracas em espaços públicos como praças e vias, e comercializam seus produtos que podem variar desde produtos agrícolas, a produtos processados e artigos provenientes do artesanato.

Segundo Pozzebon; Rambo; Gazolla, (2017) a agricultura familiar tem uma relação sinérgica com as cadeias curtas agroalimentares, o autoconsumo e a promoção de Segurança Alimentar e Nutricional. Também afirmam que as feiras funcionam como circuitos curtos e por isso disponibilizam seus produtos com preços mais acessíveis se comparados a grandes supermercados (CASSOL; SCHNEIDER, 2015).

Cadeias curtas ou circuitos curtos de comercialização, são caracterizados principalmente pela distância física de extensão e percurso, que um alimento demora para sair da mão dos produtores primários, até os consumidores finais. Ou seja, estas não funcionam como cadeias longas, que passam por processos industriais de abastecimento até chegar ao consumidor final, elas são formadas preferencialmente por produtores e consumidores, sem intermediários (CASSOL; SCHNEIDER, 2015).

As feiras livres além de contribuírem significativamente para a comercialização de produtos da agricultura familiar, performam como um espaço de identidade regional e cultural, que promove a socialização e até mesmo articulações políticas (PEREIRA; BRITO; PEREIRA, 2017). Além disso, contribuem com fornecimento de alimentos saudáveis e confere segurança ao consumidor final quanto a origem daquele produto, já que nas feiras há o acesso direto entre o produtor e o consumidor, que possibilita esta troca de informações (BRASIL, 2014).

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DE LOCAL DE ESTUDO

A feira que serviu como objeto de estudo, está inserida na Central de Comercialização da Agricultura Familiar (CECAF), localizada na Av. Hilton Souto Maior, nº 111 no bairro José Américo de Almeida em João Pessoa, Paraíba e funciona dois dias da semana, nas quintas-feiras e nos sábados.

Figura 1 - Imagem da fachada da CECAF



Fonte: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/cecaf-estara-aberta-ate-sabado-e-promove-semana-do-pescado-com-precos-mais-acessiveis/>

A CECAF foi inaugurada em 25 de julho de 2015 e tem como objetivo proporcionar aos agricultores um espaço de comercialização de qualidade. Neste espaço, estão inseridos comerciantes de várias áreas de atuação bem como de localidades diferentes. Também há a presença de agricultores familiares que consideram executar o modelo de cultivo agroecológico.

Na central, além de mercadorias advindas da agricultura familiar, também pode-se encontrar produtos do artesanato, da culinária, floricultura, de vestuário, entre outros. Ao todo, são 86 comerciantes e 13 boxes, mas apenas 50 são agricultores familiares. Além disso, a instituição também disponibiliza duas câmaras frias e 73 tendas no formato de barracas, para auxiliar tanto no acondicionamento dos alimentos quanto em sua comercialização.

Para os comerciantes da área da agricultura, a CECAF exige que o produtor comprove ser realmente um agricultor familiar, e para isso tem que apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A DAP atua como uma forma de identificar e qualificar o produtor, e auxilia no acesso a diversas políticas públicas existentes no país, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outros (BRITO, 2016).

Para a realização deste trabalho e para o levantamento de dados, foi levado em consideração apenas informações relacionadas aos agricultores familiares.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A iniciativa para realizar este estudo na CECAF, veio através da execução de projetos de extensão realizados desde o ano de 2017, os quais visavam oferecer suporte técnico aos agricultores que ali comercializavam. Nestas atividades, possibilitou-se identificar a necessidade de um estudo que auxiliasse na definição do perfil destes produtores.

Esta pesquisa é um levantamento de campo do tipo descritiva, de caráter quantitativo e qualitativo, que contribui para a caracterização de uma população, como no caso, dos agricultores familiares da CECAF (GIL, 2008).

Assim como a metodologia de Gonzaga; Peres; Silva, (2015) e Alves; Louzada; Simonetti, (2017), utilizou-se para o levantamento de dados um questionário estruturado, contendo questões objetivas e subjetivas.

Este questionário foi aplicado ao total de 38 agricultores, de acordo com a sua disponibilidade, bem como o seu consentimento, já que estes foram informados sobre o objetivo das perguntas, e questionados se desejavam participar da pesquisa.

Os aspectos analisados neste questionário foram, idade, escolaridade, renda, sexo, localidade, área de produção, tipo de cultivo, acesso a água, tipos de produtos comercializados, quantidade de pessoas da família envolvidas na produção, tipo de propriedade de transporte e as principais dificuldades enfrentadas no cultivo do seu produto.

3.3 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

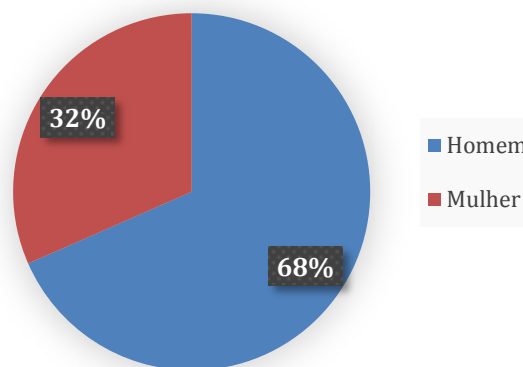
Os questionários foram aplicados na CECAF, diretamente ao produtor, no período entre abril e maio de 2022. Os dados foram digitalizados em planilha do Microsoft Excel 365, e posteriormente analisados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 SEXO DOS AGRICULTORES

Analisando os gráficos obtidos através das entrevistas realizadas por meio do questionário socioeconômico, é possível observar que a maioria dos agricultores chefes, ou seja, os agricultores que são responsáveis pela sua propriedade, bem como, sua produção, são homens, correspondendo a 68%, já a menor parte são mulheres, o que equivale a 32%. Esses dados corroboram os resultados encontrados por Alves; Louzada; Simonetti, (2017), que observaram em seus estudos a quantia de 60% para homens e 40% para mulheres.

Figura 2 - Distribuição da porcentagem de gênero dos agricultores.

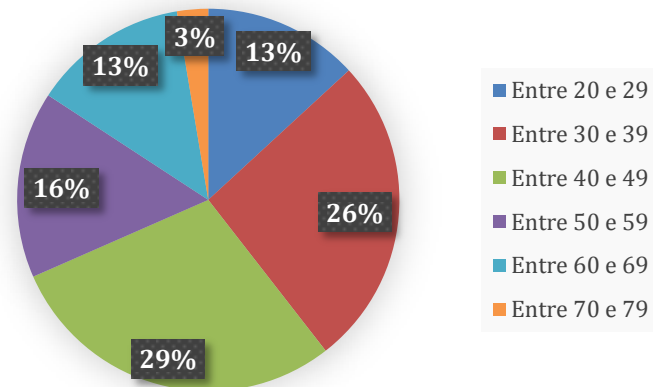


Fonte Elaborado pelo autor, (2022).

4.2 IDADE DOS AGRICULTORES

A idade dos agricultores que comercializam na CECAF é similar a apresentada por Pinto Filho; Gonçalves; Lunes (2019) no estudo sobre a Caracterização socioeconômica e ambiental da população das comunidades rurais da chapada do Apodi/RN, já que a maioria dos agricultores da região de Apodi apresentam idade entre 30 e 59 anos, enquanto os da CECAF apresentam a faixa etária em maior quantidade entre 30 e 49 anos, o que corresponde a cerca de 55% dos agricultores.

Figura 3 - Distribuição da faixa etária dos agricultores.



Fonte Elaborado pelo autor, (2022).

4.3 ESCOLARIDADE

A tabela 1, apresenta o grau de escolaridade dos agricultores familiares da CECAF. É possível observar que os agricultores apresentaram um grau de escolaridade equivalente a 37% para Ensino Fundamental Incompleto, seguido de 21% que possuem Ensino Médio Completo, o que é similar aos dados apresentados por Aviz et al., (2020), em estudo sobre o perfil socioeconômico do agricultor familiar em Paragominas-Pará.

Além disso, 13% dos agricultores da CECAF são analfabetos, enquanto, cerca de 11% apresentam Ensino Médio Incompleto. Já em relação a nível superior completo ou em andamento, os dados correspondem a 8%.

Tabela 1 – Grau de escolaridade dos Agricultores da CECAF.

Escolaridade	Frequência	%
Analfabeto	5	13%
Ensino Fundamental Incompleto	14	37%
Ensino Fundamental completo	4	10%
Ensino Médio Incompleto	4	11%
Ensino Médio Completo	8	21%
Ensino Superior Incompleto	1	3%
Ensino Superior completo	2	5%
Total	38	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, (2022).

4.4 LOCALIDADE DE PRODUÇÃO

Dos produtores entrevistados, apenas 6% estão localizados mais próximos a CECAF, como os situados em Cabedelo e na própria cidade de João Pessoa. Estes produtores têm como mercadorias a serem comercializadas, produtos que demandam de uma área de produção menor, como temperos, hortaliças e flores.

Os demais, vêm de áreas mais distantes, onde a maioria (92%) está localizada na mesorregião da Mata Paraibana e apenas 8% fazem parte da mesorregião do Agreste Paraibano.

Tabela 2 – Localidade dos Agricultores e suas respectivas mesorregiões.

Localização da Produção	Mesorregião	%
Agreste Paraibano	Agreste Paraibano	3%
Alhandra	Mesorregião da Mata Paraibana	5%
Cabedelo	Mesorregião da Mata Paraibana	3%
Conde	Mesorregião da Mata Paraibana	18%
Cruz do Espírito Santo	Mesorregião da Mata Paraibana	3%
Itapororoca	Mesorregião da Mata Paraibana	2%
Jacaraú	Mesorregião da Mata Paraibana	3%
João Pessoa	Mesorregião da Mata Paraibana	3%
Lagoa Seca	Agreste Paraibano	3%
Lucena	Mesorregião da Mata Paraibana	2%
Mamanguape	Mesorregião da Mata Paraibana	3%
Natuba	Agreste Paraibano	2%
Pedras de Fogo	Mesorregião da Mata Paraibana	16%
Pitimbu	Mesorregião da Mata Paraibana	31%
Sapé	Mesorregião da Mata Paraibana	3%
Total		100%

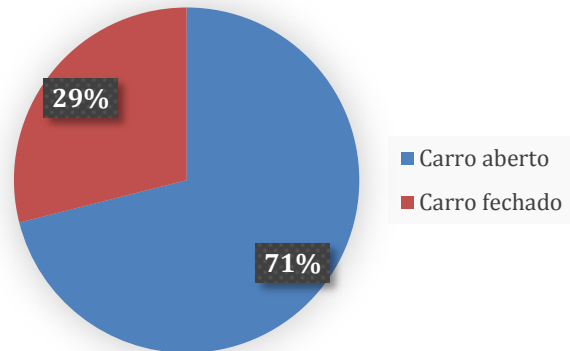
Fonte: Elaborado pelo autor, (2022).

Como é possível observar na tabela 2, a porcentagem de agricultores que percorrem longas distâncias até chegar na CECAF, é bem significativa. Desta forma, julgou-se necessário saber como é feita a locomoção tanto dos agricultores, como também de suas mercadorias, ou seja, qual tipo de transporte é utilizado.

Cerca de 71% dos agricultores transportam seus produtos em carros abertos do tipo picapes, já 29% utilizam carros denominados fechados, ou seja, automóveis populares, que não possuem carroceria. Destes, 82% afirmam ser proprietários dos veículos, 13% utilizam

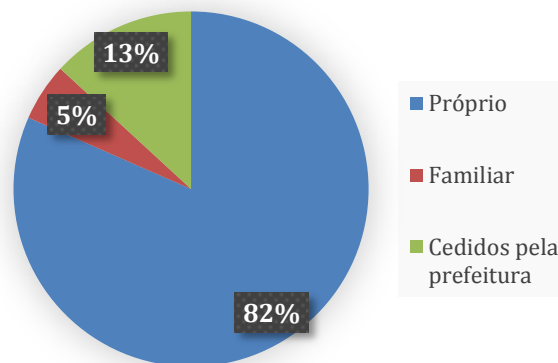
caminhões disponibilizados pelas prefeituras e 5% usam carros de propriedade familiar, como é possível observar nas figuras 4 e 5.

Figura 4 - Tipo de transporte utilizado para se deslocar até a CECAF.



Fonte: Elaborado pelo autor, (2022).

Figura 5 - Situação da propriedade do transporte utilizado para se locomover até a CECAF



Fonte: Elaborado pelo autor, (2022).

4.5 TAMANHO DA PROPRIEDADE

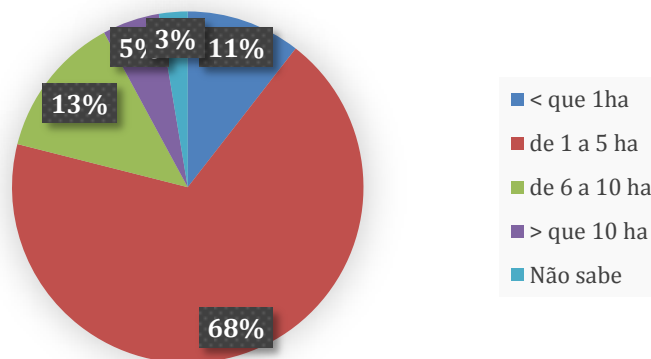
Na figura 4, está distribuída a porcentagem da área de produção de acordo com a quantidade de respostas obtidas.

Cerca de 68% dos agricultores possuem uma área de produção de 1 ha a 5 ha, e 13% correspondem a uma área de 6 a 10 ha. Assim como relatado por Joseph; Rossetto, (2021), um dos maiores problemas relacionados a agricultura familiar é o tamanho da produção, já

que em seu estudo também foi observado uma grande porcentagem de agricultores que possuem uma área de plantio de até 5ha, o que o autor considera ser um espaço pequeno para produção.

Agricultores que detém uma área maior que 10 ha, relataram que o espaço da área cultivada varia de uma época para outra, e que muitas vezes não é possível cultivar os alimentos na área total da propriedade, tanto por falta de recursos, mão-de-obra ou qualidade do solo.

Figura 6 - Distribuição do tamanho da área de produção



Fonte: Elaborado pelo autor, (2022).

Já os que cultivam em uma área menor que 1 ha, detém a característica de comercializar produtos que ocupam menos espaço, mas que ainda assim estão inseridos na produção da agricultura familiar. Apenas 3% dos agricultores não sabiam responder com precisão o total da área de produção que possui.

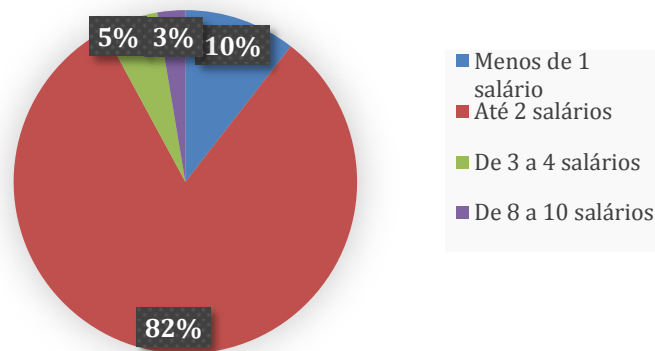
4.6 RENDA

Assim como o estudo de Silva, (2017) sobre a caracterização do perfil socioeconômico e da percepção ambiental dos agricultores familiares dos assentamentos Dona Antônia e Gurugi II, no Conde-Paraíba, verificou que os agricultores possuem a renda média de 2 salários mínimos, os agricultores da CECAF também seguem o mesmo perfil, já que 82% dos agricultores recebem até 2 salários mínimos, como está distribuído na figura 7.

Os produtores que ganham menos que um salário-mínimo, relataram que vendem uma pequena variedade de produtos e que muitas vezes não conseguem ir todos os dias em que há feira.

Os que recebem acima de 2 salários-mínimos, são os agricultores que possuem diversos produtos e que comercializam em outros locais além da CECAF, visto que 47% afirmam vender em outros locais, como em feiras móveis ou até mesmo em cidades vizinhas. Enquanto 53% só comercializam na CECAF.

Figura 7 - Distribuição de renda dos agricultores.



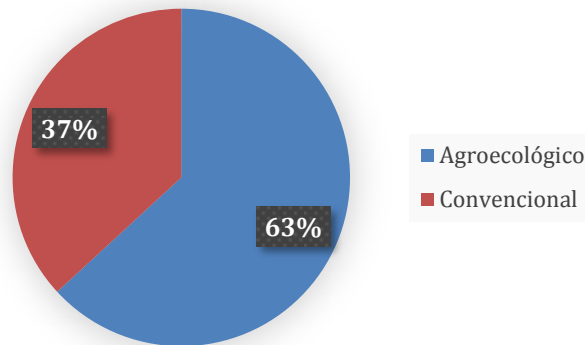
Fonte: Elaborado pelo autor, (2022).

4.7 MODELO DE CULTIVO E PRINCIPAIS DIFICULDADES

Sabendo que a CECAF também performa como uma feira agroecológica, fazer o levantamento sobre qual modelo de cultivo é mais predominante na feira, é essencial. A figura 8 apresenta a porcentagem de agricultores que se consideram agroecológicos, bem como, a porcentagem dos que se consideram convencionais, ou seja, agricultores que fazem uso de produtos como os agrotóxicos.

É possível observar que a maioria dos agricultores da CECAF se consideram agroecológicos (65%) e apenas 37% cultivam de forma convencional. Isso corrobora os dados divulgados pelo IBGE referente ao Censo Agrário de 2017, onde mostra que 65% dos estabelecimentos tanto no Brasil, como também no estado da Paraíba, não fazem o uso de agrotóxicos (IBGE, 2017).

Figura 8 - Modo de cultivo realizado pelos agricultores

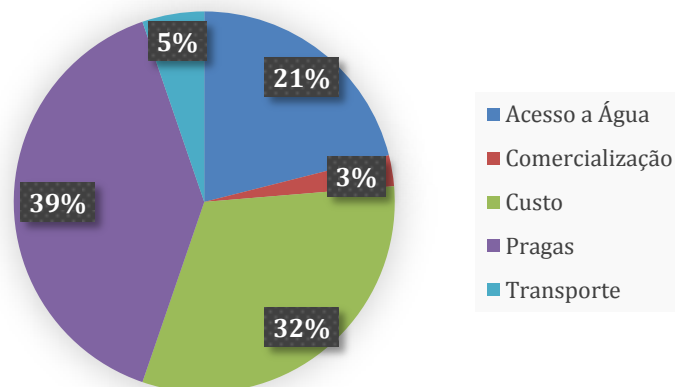


Fonte: Elaborado pelo autor, (2022).

O modelo de cultivo também interfere nos problemas enfrentados pelos agricultores. Quando questionados, 32% dos agricultores afirmam ter o alto custo de produção como um dos maiores problemas que enfrentam. Isso está relacionado com o método de cultivo praticado por estes agricultores, que é o modelo de cultivo convencional, já que há a demanda de insumos químicos de alto custo, bem como, o uso de pesticidas e herbicidas, por exemplo.

Em contraponto a estes dados, pode-se observar que 39% dos agricultores que afirmam ter as pragas como as maiores dificuldades a serem enfrentadas, são produtores que cultivam de maneira agroecológica, e conseqüentemente não fazem uso de produtos químicos para combatê-las, apenas utilizam receitas e recursos naturais.

Figura 9 - Distribuição das principais dificuldades enfrentadas pelos produtores.



Fonte: Elaborado pelo autor, (2022).

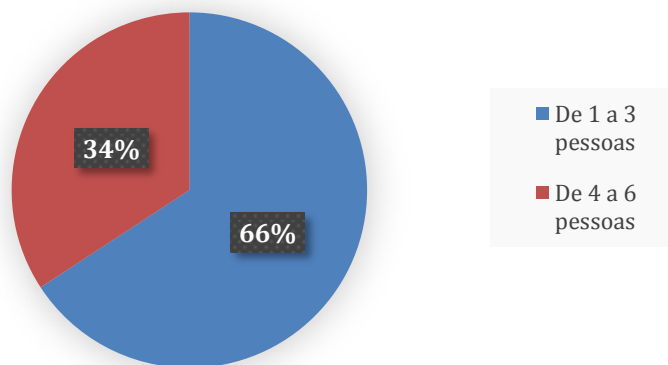
Os que citam a comercialização como principal dificuldade, são agricultores da área de floricultura. Já os que citam o acesso a água, relataram que tem dificuldade para irrigar sua produção muitas vezes por conta do período de estiagem.

4.8 QUANTIDADE DE FAMILIARES ENVOLVIDOS NA PRODUÇÃO

Com relação a mão de obra dos agricultores, foi questionado quantas pessoas da família estão envolvidas na produção dos alimentos. Cerca de 66% dos agricultores afirmam receber auxílio de 1 a 3 membros da família, enquanto 34% recebem ajuda de 4 a 6 familiares.

No estudo reportado por Soares et al., (2021) sobre Perfil socioeconômico de agricultores familiares no Baixo Amazonas: um estudo na feira municipal de Alenquer, Pará, Brasil, foi observado dados similares aos levantados na CECAF. Visto que a maioria dos entrevistados (64%) afirmaram receber ajuda de 2 a 3 integrantes da família, enquanto 8% recebem ajuda de 4 a 5 familiares.

Figura 10 - Distribuição da quantidade de familiares envolvidos na produção.



Fonte: Elaborado pelo autor, (2022).

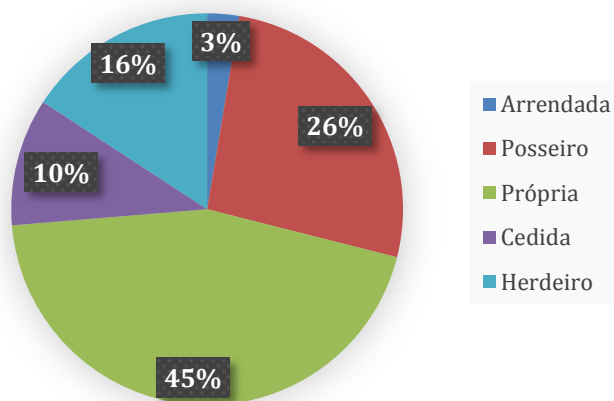
4.9 TIPO DE POSSE DA TERRA

A maioria dos entrevistados (45%), afirmam serem donos de suas propriedades, visto que efetuaram a compra das mesmas, já 10% cultivam em terras cedidas por algum familiar, onde não é necessário nenhum tipo de pagamento como forma de aluguel.

Em um estudo sobre a Análise Socioeconômica e Ambiental de Ouro (SC): Um Estudo a Partir da Disciplina Vivência em Agricultura Familiar, realizado por Stropasolas; Souza; Nunes, (2018) foi identificado que 33% dos estabelecimentos daquela localidade foram herdados, o que difere dos dados relacionados aos agricultores da CECAF, onde apenas 16% afirmam que seus estabelecimentos foram herdados.

Os dados diferem também sobre o número de agricultores denominados como posseiros, ou seja, agricultores situados em áreas de assentamentos. No estudo de Stropasolas; Souza; Nunes, (2018), não foi identificado nenhum agricultor que se considera posseiro, já na CECAF cerca de 26% dos agricultores vivem em assentamentos e ainda não possuem o título de suas terras.

Figura 11 - Distribuição do tipo de posse das propriedades.



Fonte: Elaborado pelo autor, (2022).

4.10 ACESSO A ÁGUA PARA IRRIGAÇÃO

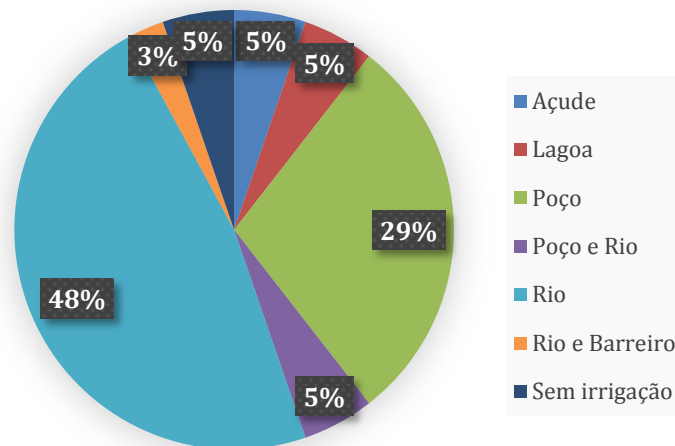
Quando perguntados como se dava o acesso a água para realizar a irrigação das suas produções, cerca de 48% dos agricultores afirmaram utilizar águas oriundas de rios, seguido de 29% que utilizam águas de poços artesianos.

É possível notar que alguns produtores possuem mais de um meio de acesso a água, já que 8% utilizam águas de locais variados como rio, barreiro, açude e poço. Cerca de 5% utilizam água de açude e outros 5% de lagoas.

Apenas 5% dos agricultores afirmam não possuir nenhum tipo de irrigação, bem como, não ter acesso a água para esta finalidade, e relatam que contam com o clima e com os ciclos da natureza, para manter a produção irrigada. Este dado difere do exposto por Silva et

al., (2017) em um estudo sobre Perfil socioeconômico e ambiental dos agricultores familiares participantes do PAA no município de diamantino-MT onde maioria dos entrevistados não possuíam nenhum sistema de irrigação e apenas 20% das propriedades faziam uso deste sistema.

Figura 12 - Distribuição das fontes de acesso a água para irrigação.



Fonte: Elaborado pelo autor, (2022).

4.11 TIPOS DE PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA CECAF

Visto que há muitos produtores advindos de diversas localidades do estado não seria diferente quanto a diversidade de alimentos a serem comercializados na feira. Desta forma foi feito o levantamento dos tipos de produtos que são disponibilizados para serem vendidos no local.

De acordo com a tabela 3, é possível notar que há agricultores que cultivam até quatro tipos de culturas diferentes, mas que esse número corresponde apenas a 3% do total. Agricultores que comercializam dois tipos de culturas, sendo elas frutas e raízes é equivalente a 34%, enquanto aos produtores que comercializam três culturas, como frutas, raízes e legumes confere a porcentagem de 24%.

Os que produzem apenas uma cultura como ervas, frutas, hortaliças, flores, e polpas de frutas variam de 3% a 5%, e juntas somam 21%. Já com relação as demais culturas, bem como a quantidade de variedades produzidas, elas também variam de 3% a 5% e corresponde a 18% do total.

Sendo assim, é possível afirmar que a feira da CECAF dispõe de uma grande variedade de produtos, o que contribuiu para o consumo de alimentos regionais e que agrade a todos os tipos de consumidores.

Tabela 3 – Distribuição dos produtos comercializados pelos agricultores na CECAF.

Tipo de Cultura	Quantidade de Agricultores	%
Ervas	1	3%
Frutas	2	5%
Frutas, raízes e legumes	9	24%
Frutas e hortaliças	1	2%
Frutas e raízes	13	34%
Frutas, hortaliças e tubérculos	1	2%
Hortaliças	2	5%
Hortaliças, ervas e temperos	1	3%
Hortaliças, frutas e tubérculos	1	3%
Flores	1	3%
Frutas, raízes, hortaliças e legumes	1	3%
Frutas e legumes	2	5%
Legumes e hortaliças	1	3%
Polpa de frutas	2	5%
Total	38	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, (2022).

5 CONCLUSÃO

Pode concluir que:

- A maioria são homens, com idade entre 30 e 49 anos, possuindo o ensino fundamental incompleto ou ensino médio completo com uma renda de até dois salários-mínimos.

- As localidades de produção encontram-se principalmente na mesorregião da Mata Paraibana, com produção principalmente de frutas, raízes e legumes.

- As principais dificuldades encontradas pelos agricultores familiares da CECAF estão inerentes ao custo da produção no cultivo convencional e ao controle de pragas para aqueles que praticam o cultivo agroecológico.

- Sugerem-se que sejam feitas pesquisas ou projetos de extensão que possam analisar com mais aprofundamento esses aspectos, colaborando com soluções sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. DE P.; LOUZADA, R. P.; SIMONETTI, E. R. DE S. Uma Análise Do Perfil Socioeconômico Dos Agricultores Familiares Do Povoado Transaraguaia, Município De Araguatins- To. **Jice - Jornada De Iniciação Científica E Extensão**, n. 8, p. 1–7, 2017.
- ARAÚJO, D. A. P. S. DE. Feira & Sustentabilidade: O Caso da I Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária em Macaé. v. 1, n. 2, 2019.
- AVIZ, R. O. DE et al. Perfil socioeconômico e aspectos produtivos de agricultores familiares da Colônia do Uraim, Paragominas, Pará. **Revista de Ciências Agroambientais**, 2020.
- BARROS, M. S. C.; TARTAGLIA, J. C. A POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO, AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS. **Alim. Nutr., Araraquara**, v. v.14, n.1, p. 109- 121, 2003.
- BERTOLINI, M. M.; FILHO, P. L. P.; MENDONÇA, S. N. T. G. DE. A Importância Da Agricultura Familiar Na Atualidade. **Ciência, Tecnologia E Inovação: Do Campo À Mesa**, p. 138–152, 2020.
- BRASIL. **Decreto de nº 1.946 de 28 de junho de 1996**: Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, Brasília-DF. Diário Oficial, , 1996. Disponível em:
<https://ppsinajuve.ibict.br/jspui/bitstream/123456789/700/1/Decreto_1946_1996_PR.pdf>
- BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**: Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>
- BRASIL. **Lei nº 11.947, de 12 de junho de 2009**. Presidência da República. Brasília-DF, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm>
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: Uma história brasileira**. v.1, p.190. Brasília, DF, 2010.
- BRASIL. **Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional nos Estados e Municípios - Resultados Preliminares**. Brasília, 2014. Disponível em:
<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/mapa_san_resultados_preliminares.pdf>
- BRASIL. **Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015**. Estabelece, no âmbito da Administração Pública federal, o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais. Brasília, DF., 2015.
- BRASIL. **Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021**. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil. Brasília, DF, 2021. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm#art46>
- BRASIL - Ministério da Cidadania. **Compra com Doação Simultânea - CONAB**, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/alimenta-brasil/modalidades-2/compra-com-doacao-simultanea-conab>>

BRITO, A. **O que é a agricultura familiar**. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), 2016. Disponível em: <<http://ruralpecuaria.com.br/tecnologia-e-manejo/agricultura-familiar/o-que-e-a-agricultura-familiar.html>>. Acesso em: 26 abr. 2022

BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F. L. S. Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. **Abrandh**, v. Módulo I, p. 204, 2010.

CARVALHO, F. DE F.; GROSSI, S. DE F. Importância Das Feiras Livres E Seus Impactos Na Agricultura Familiar. **Revista Interface Tecnológica**, v. 16, n. 2, p. 226–234, 2019.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: Novas redes e atores. **Lua Nova**, v. 1, n. 95, p. 143–180, 2015.

CÉSAR, C. et al. Revista de Ciências Agroambientais Perfil socioeconômico e aspectos produtivos de agricultores familiares da Colônia do Uraim, Paragominas, Pará. **Rev. Ciênc. Agroamb.** v, v. 18, p. 2020, 2020.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Agricultura Familiar Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Resultados das Ações da Conab em 2020**. Brasília, DF: Conab, 2021. 23 p. (Compêndio de Estudos Conab, v. 30). Responsável técnico: VIEGAS, Gustavo Lund., [s.d.].

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Boletim da agricultura familiar. **Conab**, v. 1, n. 1, p. 01–34, 2021.

CONSEA. **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional, °n 11.346 de 15 de setembro de 2006**. Brasília, DF.: 2006Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>

CONTI, I. L.; BAZOTTI, A.; RADOMSKY, G. F. W. Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: um estudo sobre a relação produção-consumo nos municípios de Toledo (PR) e Contagem (MG). **Extensão Rural**, v. 22, n. 1, p. 56–86, 2015.

EMBRAPA. **Agricultura Familiar**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/sobre-o-tema>>. Acesso em: 26 abr, 2022.

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Agroecologia beneficia consumidores, agricultores e meio ambiente**, 2014. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2075161/agroecologia-beneficia-consumidores-agricultores-e-meio-ambiente>>

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Saber e Fazer Agroecologia**, 2016. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/144534/1/Saber-e-Fazer-Agroecologia-1-ainfo.pdf>>

FAO. **Colocar os Agricultores Familiares em Primeiro Lugar para Erradicar a Fome Notícias - Brasil**, 2014. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/cafppef.asp>>

FAO. O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil 2015. **Agendas Convergentes**, p. 44, 2015.

FAO. **Década da Agricultura Familiar: Carta aberta de Julio Berdegue, Representante Regional da FAO**, 2019. Disponível em: <<https://www.fao.org/brasil/noticias/detail->

events/pt/c/1206221/>

FAO. **Apresentando a Década da Agricultura Familiar da ONU**. Disponível em: <<https://www.fao.org/family-farming-decade/home/en/>>.

FAO. **FAO oferece um novo curso gratuito sobre agroecologia**, 2021b. Disponível em: <<https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1441386/>>

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. O Papel da Agricultura Familiar para a Segurança Alimentar : uma análise a partir do Programa Fome Zero no município de Constantina / RS 1 . **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 0, n. 0, p. 85–102, 2007. .

GIL. A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo. Atlas. 220 p. 2008.

GONZAGA, D. S. DE O. M.; PERES, R. T.; SILVA, F. DE A. C. Caracterização Socioeconômica De Agricultores Familiares, Fornecedores De Matéria-Prima Para Agroindústrias De Frutas No Acre E Fronteira De Rondônia. **SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, p. 18, 2015.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agro 2017**. Agência de Notícias IBGE, 2017. Disponível em: <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>>

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agrário 2017**, 2017b. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>

JOSEPH, L. A.; ROSSETTO, O. C. Perfil socioeconômico dos agricultores familiares do distrito pantaneiro de mimoso- município de Santo Antônio de Leverger-MT. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 33 SE-Artigos, 2021.

MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, P. E A. **Agricultura Familiar**. Governo Federal, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>>

MARCELINO, T. DE F.; TRIERWEILLER, A. C.; LUCIETTI, T. J. Motivações Para O Consumo De Produtos Orgânicos: Em Busca De Entendimento. **Revista Competitividade e Sustentabilidade**, v. 4, n. 2, 2017.

MENDONÇA, F. L. Análise do perfil socioeconômico do produtor rural e potencial socioeconômico da feira do produtor do município de marialva- pr: aspectos estratégicos e relevantes. n. August, 2016.

MIGUEL, A.; FERNANDES, S. O Pronaf Na Agricultura Familiar: Sua Criação, Distribuição E Principais Resultados Distribuição E Principais Resultados. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO. **Plano Nacional De Segurança Alimentar E Nutricional (PLANSAN 2016-2019)**, 2017. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2016/05/PLANSAN-2016.pdf>>

PEREIRA, V.; BRITO, T.; PEREIRA, S. a Feira-Livre Como Importante Mercado Para a Agricultura Familiar Em Conceição Do Mato Dentro (Mg). **Revista Ciências Humanas**, v. 10, n. 2, p. 67–78, 2017.

PINTO FILHO, J. L. DE O.; GONÇALVES, G. L.; DA SILVA LUNES, A. R.

Caracterização socioeconômica e ambiental da população das comunidades rurais da chapada do Apodi/RN. **Geosul**, v. 34, n. 71, p. 697–712, 2019.

POZZEBON, L.; RAMBO, A. G.; GAZOLLA, M. As Cadeias Curtas das Feiras Coloniais e Agroecológicas: Autoconsumo e Segurança Alimentar e Nutricional. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 42, p. 405, 2017.

SILVA, D. A. DA. Characterization of the socioeconomic profile and family farmers environmental perception of the Donna Antônia and Guruji II Settlements, in Conde-Paraíba, Brazil. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 12, 2017.

SILVA, P. V. DA et al. Perfil Socioeconômico e Ambiental dos Agricultores Familiares Participantes do PAA no Município de Diamantino - MT. **Anais do XIX ENGEMA**, 2017.

SILVA, F. F. **Distribuição de Crédito para agricultura familiar: um estudo do PRONAF a partir de um indicador de desenvolvimento rural**. p. 250, 2006.

SILVA, S. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: Projetos, discontinuidades e consolidação Texto para Discussão**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, DF., 2014

SINTURF- Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Agricultura familiar combate a fome**, 2021. Disponível em: <<https://sintufrj.org.br/2021/07/sintufrj-apoia-o-movimento-dos-pequenos-agricultores-e-voce-tambem-pode-aderir-a-esta-iniciativa-em-beneficio-de-todos/>>

SOARES, F. I. L. et al. Perfil socioeconômico de agricultores familiares no Baixo Amazonas: um estudo na feira municipal de Alenquer, Pará, Brasil. **Revista Principia**, 2021.

STROPASOLAS, V. L.; SOUZA, M. C. DE; NUNES, K. **Análise Socioeconômica e Ambiental de Ouro – SC: um estudo a partir da disciplina Vivência em Agricultura Familiar (Retratos da agricultura familiar, 7)**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

VASCONCELOS, R. O. **Modernização Da Agricultura Familiar Em Sergipe: Impasses E Desafios Da Horticultura Irrigada No Agreste De Itabaiana São Cristóvão / Se**. Universidade Federal de Sergipe -SE, São Cristóvão, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Ofício enviado a Prefeita Municipal de João Pessoa, requerendo autorização para a realização da pesquisa.

JOÃO PESSOA
cidade que cuida

Q

Acesso externo
Início
Meu inbox
Thays ▾

Protocolo 42.750/2022
Código nº 783.915.116.676

Imprimir

Thays Alves de Andrade
(via WEB)

↓

SEDURB - Secreta...

CC

Em 26/04/2022 às 13:25
Há 1 mês 19 dias atrás

Setores envolvidos (2):

SEDURB ✓

SEDURB-CECAF ⓧ

Recebimento de comunicados externo e notificações diversos - Ofícios

O presente requerimento se destina a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDURB) de João Pessoa, especificamente para a Central de Comercialização da Agricultura Familiar (CECAF), com o intuito de obter autorização para aplicação de um questionário referente ao Trabalho de Conclusão de Curso da aluna Thays Alves de Andrade da Universidade Federal da Paraíba, discente do curso de Tecnologia de Alimentos bem como, a obtenção de dados já existentes dessa instituição.

O objetivo do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) , é traçar o perfil do agricultor familiar da CECAF, já que na Central têm-se produtores de diversas localidades. Para isso, é necessário a aplicação de um questionário que será aplicado pela própria aluna.

A professora e a discente que irão elaborar este TCC, já fazem um trabalho de Extensão na CECAF desde 2017 e sentiram a necessidade de realizar um levantamento do perfil dos agricultores familiares que comercializam seu produtos na CECAF.

Agradecemos desde já a parceria e colaboração !!

JOÃO PESSOA
cidade que cuida

Q

Acesso externo
Início
Meu inbox
Thays ▾

Despacho 1- 42.750/2022

1 mês 19 dias atrás

Encaminhado

PMJP » SEDURB ✓
Antônio Fabio Soares
Carneiro - Secretário

↓

SEDURB » SEDURB-DSU »
SEDURB-CECAF ⓧ

Para conhecimento e providências.

Despacho 2- 42.750/2022

1 mês 18 dias atrás

Respondido

SEDURB » SEDURB-DSU »
SEDURB-CECAF ⓧ
Jerônimo Arlindo da Silva
Júnior - chefe de divisao

↓

PMJP » SEDURB ✓

Acuso Recebimento e início das atividades supervisionadas.

APÊNDICE B – Roteiro de questionário aplicado aos agricultores.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS
CURSO DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS

QUESTIONÁRIO METODOLOGIA DE TCC- AGRICULTORES DA CECAF

Discente: Thays Alves de Andrade

Orientador(a): Fernanda Vanessa Gomes da Silva

1. Nome do agricultor _____ Data: _____

2. Sexo
 Feminino Masculino Outro _____
3. Idade do agricultor

4. Escolaridade
 Analfabeto Ensino Fundamental Incompleto Ensino Fundamental completo
 Ensino Médio Incompleto Ensino Médio Completo Ensino Superior Incompleto
 Ensino Superior Completo
5. Renda
 Menos que um salário mínimo
 Até 2 salários mínimos
 De 3 a 4 salários mínimos
 De 5 a 7 salários mínimos
 De 8 a 10 salários mínimos
 Acima de 10 salários mínimos
6. Qual a localidade da produção?

7. Qual o tamanho em hectares da sua produção?

8. Qual seu tipo de cultivo?

Agroecológico Convencional

9. Quais os produtos que comercializam?

10. Qual a quantidade mensal colhida destes produtos?

11. Qual a quantidade anual colhida destes produtos?

12. Quantas pessoas da família estão envolvidas na sua produção?

13. Qual transporte é utilizado?

14. Como se dá o acesso à água para a irrigação do plantio ?

15. A comercialização destes produtos é feita em outro local além da CECAF?

Sim Não

16. A propriedade rural é própria ou de terceiros?

Própria Terceiros

17. Há a participação em cooperativas ou associações?

Sim Não

18. Quais os principais problemas no cultivo de _____?